



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CULTURA

REQUERIMENTO Nº DE 2021 (DA SRA. BENEDITA DA SILVA)

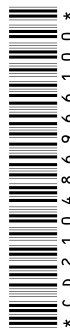
Requer a realização de Audiência Pública desta Comissão, a fim de debater **Importância da Comunicação Pública para a população negra brasileira.**

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no artigo 24, inciso III e 255, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, e ouvido o Plenário desta Comissão que seja realizada Audiência Pública para debater a Importância da Comunicação Pública para a população negra brasileira.

Proponho que esta Comissão ouça os seguintes convidados:

1. Sr. Joel Zito Araújo - Cineasta e Pós-Doutor em Comunicação e Antropologia pela Universidade do Texas – Austin;
2. Sr. Richard Santos, Professor e apresentador de TV - Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB);
3. Sra. Sandra Martins - Jornalista - Sindicato do Jornalistas Profissionais do Município do Rio/Cojira-Rio/Coordenadora do Prêmio Nacional Jornalista Abdias Nascimento;
4. Sr. João Jorge- advogado, ex-representante do Conselho Curador da EBC e presidente do Bloco Afro Olodum;





CÂMARA DOS DEPUTADOS

5. Sra. Juliana Cézar Nunes, Coordenadora-geral do Sindicato dos Jornalistas- DF/Cojira-DF e empregada da EBC;

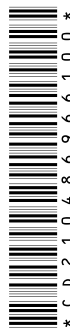
6. Sr. Muniz Sodré- Professor Emérito da Escola de Comunicação da UFRJ

JUSTIFICAÇÃO

A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) foi idealizada em 2007 durante o I Fórum Nacional de TVs Públicas em Brasília. Criada pela MP 398/2007 transformada em Lei 11.652/2008. A EBC foi criada com a missão de gerir as emissoras federais já existentes, instituindo o Sistema Público de Comunicação, tendo como missão articular e implantar a Rede Nacional de Comunicação Pública. A Empresa herdou os canais de rádio e TV geridos pela estatal Radiobrás e pela Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto (Acerp).

A EBC é um conglomerado de comunicação formado pela Agência Brasil, a Radioagência Nacional, Rádios MEC e Nacional e a TV Brasil, que possui em torno de 2000 (dois) mil funcionários. A empresa administra a rede nacional de comunicação pública de TV e rádio do país e presta serviços de comunicação governamental, como o programa A Voz do Brasil, que é retransmitido por todas as estações de rádio brasileiras.

A dimensão política da comunicação está calcada no direito da pessoa humana de pronunciar-se publicamente sem desigualdade de poder. Nesse sentido, a voz do cidadão e da cidadã é o que promove mobilização social e fomenta mudanças tanto culturais quanto sociopolíticas. Portanto, comunicação pública representa um forte aliado da cidadania ativa, em prol de práticas mais democráticas e afirmativas que existem no mundo e fomentam a discussão acerca da





CÂMARA DOS DEPUTADOS

inserção do componente racial e da diversidade nas pautas das políticas públicas no Brasil.

Em 2019 toma posse o Governo Federal, eleito em 2018, inicia a implantação do modelo neoliberal e deu início a “guerra cultural”, promovendo uma série atos de censura, discriminação e cancelamento de programas e políticas públicas, causando grave crise social em relação a constituição étnica e identitária da população brasileira, além dos atos discriminatórios impostos pelo racismo institucional. Outro fator imposto mais recentemente é o Programa Nacional de Desestatização (PND), que promove privatizações das empresas brasileiras, gerando uma série de inseguranças nos rumos de vários setores, como o da comunicação pública e o de energia elétrica. Em 09 de abril de 2021, a EBC e a Eletrobrás foram incluídas no programa de privatização do governo federal.

Debater a comunicação pública envolve direitos e garantias constitucionais, conforme preconiza os artigos 5º e o art.223º da Constituição Federal de 1988, e o Estatuto da Igualdade Racial. O direito à comunicação vai além do acesso aos meios, compondo os princípios do Estado Democrático, a sociedade possui o direito de se manifestar e ser ouvida, transcendendo as barreiras do processo comunicativo, atuando, inclusive, como emissores ativos dentro do processo midiático e publicitário.

Tal preocupação também encontra eco em boa parte dos acordos internacionais que o Estado brasileiro é signatário. Na Declaração e Plano de Ação da 3ª Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban, África do Sul, em 2001, o país se comprometeu com metas relativas ao universo da comunicação. Entre elas, a enfrentar a





CÂMARA DOS DEPUTADOS

representação midiática estigmatizada de povos historicamente oprimidos.

Ainda hoje, a Declaração de Durban é o mais abrangente instrumento multilateral nas questões relativas ao racismo e à discriminação racial. O documento confere um papel central aos meios de comunicação no que diz respeito às questões étnico-raciais e apontou para os Estados a responsabilidade de, dentre outras coisas:

Incentivar os meios de comunicação a evitar os estereótipos baseados em racismo, discriminação racial, xenofobia e a intolerância correlata;

Adotar e aplicar legislação adequada para se ajuizar os responsáveis pelo incitamento ao ódio racial ou à violência através das novas formas de informação e tecnologias de comunicação;

Denunciar e ativamente desencorajar a transmissão de mensagens racistas e xenófobas através de todos os meios de comunicação;

Examinar a contribuição de novas formas de informação e tecnologias de comunicação para a reprodução de boas práticas no combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia e a intolerância correlata;

Incentivar a representação da diversidade da sociedade entre as organizações de mídia, através da promoção adequada da representação de diferentes segmentos em todos os níveis de sua estrutura organizacional;

Quase duas décadas depois, observamos que os apontamentos de Durban parecem ter sido feitos para a realidade atual dos meios





CÂMARA DOS DEPUTADOS

de comunicação em nosso país. O que se verifica no Brasil, é um grupo elitista e oligárquico que mantém uma concentração de mídia em torno de pouco mais de dez famílias, atrelado ao poder político representativo e econômico, como detentor do poder midiático do país inteiro. Essa concentração estrangula o surgimento e a estruturação de outros sistemas de comunicação cruciais para democracia e a cidadania, tais como público, comunitário e educativo. Em um país caracterizado pela diversidade racial e prevalência negra, é imprescindível que os meios de comunicação retratem de forma equilibrada os grupos étnicos raciais.

Incorpora-se ao que se propõe esse debate refletir sobre como a mídia e a comunicação de massa, sob o comando de elites políticas e econômicas mantém a base de sustentação de uma produção que incentiva o racismo na sociedade brasileira, além de difundir a falácia do mito da democracia racial fundamentado na ideologia do branqueamento. Conforme alerta de Lélia Gonzalez em um estudo de 1980, "sobre a operacionalização e a legitimação do racismo na mídia".

Com ações públicas e nacionais, acentuadas a partir da década de 1970, o movimento negro articulou mudanças sociais em termos de inclusão da população negra, inclusive, de ordem afirmativa, a exemplo da reserva de cotas raciais para aumento e melhoria da representação negra na mídia, especialmente na Publicidade e Propaganda, e diante destas ações, que proponho ampliar o debate sobre a privatização da EBC e o papel da comunicação pública sobre a ótica da população negra brasileira.

Dessa forma, solicito apoio dos nobres pares para aprovação do presente requerimento.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Sala da Comissão, em 19 de abril de 2021.

BENEDITA DA SILVA

Deputada Federal

Apresentação: 19/04/2021 20:21 - CCULT

REQ n.39/2021



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Benedita da Silva
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210486966100>

